



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 176

CEP 14150-000 – Serrana–SP

www.serrana.sp.gov.br - Info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244



LEI COMPLEMENTAR Nº 441/2016

DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO, POR DOAÇÃO COM ENCARGOS, À SERRA AZUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA. – ME, IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO ANTONIO BARBOZA, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Serrana a alienar, por doação com encargos, área de sua propriedade à Serra Azul Indústria e Comércio de Papéis Ltda. – ME, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 03.498.696/0001-16, de nome fantasia Serra Azul Papéis, que tem por objeto social a exploração do ramo de fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico, fabricação de artefatos de borracha, fabricação de escovas, pincéis, vassouras e rodos de alumínio, para fins de instalação de sua Unidade Industrial, constante da Quadra 02, Lote 03, a seguir descrita:

“Localizado a uma distância de 50,22 metros do alinhamento predial da Rua Geraldo Cândido de Paula, de forma regular com 25,00 metros de frente à Rua Pedro Garcia dos Reis; do lado direito divisando com o lote 02, medindo 40,00 metros; do lado esquerdo divisando com o lote 04, medindo 40,00 metros; aos fundos divisando com o lote 12 e 13, medindo 25,00 metros, encerrando uma área de 1.000,00 metros quadrados.”

Art. 2º. A donatária deverá utilizar a área doada exclusivamente para o fim previsto no artigo anterior, devendo observar os seguintes prazos:

- I - 06 (seis) meses para o início das obras de instalação;
- II - 02 (dois) anos para a conclusão dos projetos aprovados;
- III - 20 (vinte) anos de manutenção das atividades iniciais.

Art. 3º. Implicará na reversão ou retrocessão da área doada ao domínio do Município, se a donatária:

- I - não respeitar os prazos estabelecidos no artigo anterior;
- II - se for desativada, ainda que por sucessores antes do prazo previsto nesta lei;
- III - se for destinado o imóvel para outra finalidade que não prevista nesta lei;
- IV - se for alterado radicalmente o objeto social da donatária;
- V - se não criar a quantidade mínima de novos empregos, indicados em sua proposta de instalação, no início de suas operações, sendo que 70 % (setenta por cento) deverão ser moradores do Município de Serrana;

VI - se for constatado uma redução superior a 30% (trinta por cento) do Valor Adicionado em relação ao exercício imediatamente anterior;

§ 1º. Compreendem-se como valor adicionado, os cálculos realizados conforme a metodologia estabelecida pela Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, junto aos contribuintes do ICMS, bem como os atos administrativos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ.

§ 2º. Compete a Administração Tributária Municipal realizar o acompanhamento previsto no inciso V deste artigo, através dos dados oficiais divulgados pela SEFAZ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 176

CEP 14150-000 – Serrana-SP

www.serrana.sp.gov.br - Info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244



§ 3º. No caso de retrocessão ou reversão a empresa outorgada deverá remover todos os bens instalados no terreno, no prazo máximo de 06 (seis) meses, a contar da data em que a donatária for notificada pela Administração, sob pena de serem incorporados ao patrimônio público.

Art. 4º. Por acordo entre as partes e havendo interesse, a Prefeitura poderá reembolsar a empresa pelos investimentos deixados intactos no terreno.

Art. 5º. Caso a donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor da doadora, como determina o §5º do art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 6º. A donatária poderá ser compelida ao pagamento dos saldos remanescente dos custos para implantação completa da infraestrutura urbana, no Distrito Industrial, em prazo e forma a serem determinados pela Comissão Municipal de Instalação Industrial – COMIN.

Parágrafo Único. Para os fins no “caput” do presente entende-se por infraestrutura completa a pavimentação asfáltica, rede de captação de águas pluviais, captação e destinação de esgoto, rede elétrica, rede de água e poço artesiano com reservatório de água potável, dentre outras intervenções previstas na legislação afeita ou que venham a ser tecnicamente determinadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, CETESB, DEPRN ou outro órgão competente.

Art. 7º. A donatária se obrigará à manutenção perene de pelo menos 10% (dez por cento) de área verde arborizada, assim como a observância das demais disposições regulamentares do Setor Industrial do Município.

Art. 8º. A doação que trata esta lei é de relevante interesse público, objetivando o fomento da arrecadação municipal e a criação de novos empregos aos nossos municípios, beneficiando a sociedade como um todo.

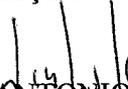
Art. 9º. Observados os termos e condições previstos nesta lei, a unidade deverá ser mantida no Município por, no mínimo, 20 (vinte) anos a partir do início de suas operações no Distrito Industrial II, sob pena de reversão da área doada, inclusive benfeitorias, sem direito a qualquer indenização ou direito de retenção.

Art. 10. As despesas com a lavratura e registro do instrumento de doação, correrão a cargo da donatária.

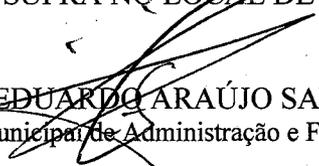
Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 299/2011, de 08 de dezembro de 2011.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA

16 de março de 2016.


JOÃO ANTONIO BARBOZA
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA GERAL DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME.


VITÓRIO EDUARDO ARAÚJO SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Finanças